

V Congresso Uruguayo de Ciência Política

Painel GIPSAL – ALACIP 2

Partidos e sistemas de partidos en America Latina: la política multinivel

**Competição Partidária e Articulação da Disputa Eleitoral nas Eleições Municipais
Brasileiras de 2012**

Maria Teresa Miceli Kerbauy

Profa. UNESP/Araraquara

kerbauy@travelnet.com

7 a 10 de outubro de 2014

Montevideo/Uruguai

Competição Partidária e Articulação da Disputa Eleitoral nas Eleições Municipais Brasileiras de 2012

Resumo

O debate sobre o sistema partidário brasileiro tem se dado em torno da alta fragmentação dos partidos decorrente das regras eleitorais e da natureza federativa do sistema político. Apesar do consenso na literatura brasileira sobre o caráter descentralizado do sistema de partidos no Brasil, que levaria a consolidação de federações partidárias, os resultados das eleições municipais de 2012 apontam para uma articulação dos partidos, nesta competição. Desde as eleições municipais de 2008, o sistema partidário vem sinalizando para uma maior estabilidade e articulação da competição nos três níveis de governo. A hipótese que sustenta nosso argumento é de que o alinhamento de estratégias partidárias nos diversos pleitos (nacional, estadual e municipal) e o desempenho de um partido em uma determinada eleição, pode ter efeito sobre o desempenho desse mesmo partido na eleição seguinte.

Palavras-Chave: Sistema Partidário, Eleições Municipais, Fragmentação Partidária, Regras Eleitorais, Competição Eleitoral

Introdução

Embora a Constituição de 1988 tenha promovido uma significativa descentralização dos recursos tributários e do poder político, resgatando o papel dos municípios no cenário político brasileiro, foram as eleições municipais de 2008 que colocaram definitivamente a competição eleitoral local no cenário partidário nacional, cenário este consolidado nas eleições de municipais de 2012.

Em que pese a discussão sobre o papel que as eleições municipais desempenham no cenário político nacional – quer seja na sustentação de governos estaduais e federais, quer seja influenciando nas eleições para governadores, presidente da República e representantes no Congresso Nacional, quer apenas servindo exclusivamente para a discussão de interesses locais –, o fato é que a partir das eleições municipais de 2008, partidos, candidatos, lideranças políticas e eleitores foram mobilizados de forma a dar caráter nacional à competição local.

Apesar de alguns autores que trabalham com as variáveis “sistema eleitoral” e “sistema partidário” destacarem a importância das organizações partidárias locais para as eleições municipais (AMES, 1994) e para o legislativo federal (PEREIRA; RENNÓ, 2001), o papel dos partidos e as características dos sistemas partidários locais, no Brasil, têm sido pouco enfatizadas e pouco analisadas.

A alta fragmentação partidária decorrente das regras eleitorais, a natureza federativa do sistema político e a influência do governador e de seu partido na organização partidária local apontam para o desprestígio da função coordenadora exercida pelos partidos, elevando o grau de personalismo político e fazendo ressaltar a atuação do prefeito como o maior detentor do poder local, responsável por individualizar a negociação política e desconsiderar totalmente o papel da organização partidária, independentemente do tamanho do município.

Diante de um quadro de pluralidade da composição político-partidária dos municípios, permeada também pelas diferenças regionais e das dimensões populacionais desses entes federativos, essa pesquisa procurou mapear as disputas partidárias e eleitorais para os cargos de prefeitos e vereadores na eleição municipal de 2012, comparando-as com as eleições de 2004 e 2008. Procuramos assim demonstrar que o quadro de competição das eleições municipais vem adquirindo maior estabilidade.

A hipótese que sustenta nosso argumento é de que o alinhamento de estratégias partidárias nos diversos pleitos (nacional, estadual e municipal) e o desempenho de um partido em uma determinada eleição tem efeito sobre o desempenho deste mesmo partido na eleição seguinte.

A disputa eleitoral nos municípios

Grande parte da literatura sobre a disputa eleitoral nos municípios considera que o efeito desarticulador da Federação, em combinação com as regras eleitorais e a organização partidária, aponta para o desprestígio da função coordenadora exercida pelos partidos políticos, elevando o grau de personalismo político especialmente na esfera municipal, fazendo ressaltar a atuação do prefeito como o maior detentor do poder local, responsável por individualizar a negociação política e desconsiderar totalmente o papel da organização partidária. Nesta perspectiva as disputas locais se moveriam por temas de interesse local, não levando em conta os partidos políticos e nem o que acontece na esfera nacional.

Existem vários argumentos disponíveis na literatura sobre o papel dos partidos políticos na arena eleitoral, especialmente, sobre o comportamento eleitoral nas eleições municipais, levando a um consenso sobre a falta de articulação entre os diversos níveis da disputa eleitoral.

A alta fragmentação do nosso sistema partidário (Ames, 2003; Mainwaring, 2001; Lima Junior, 1993) em combinação com o elevado índice de indisciplina partidária e o alto grau de personalismo político, contribuiriam para o enfraquecimento dos partidos, prevalecendo “partidos do tipo catch-all, descentralizados, comparativamente indisciplinados e comparativamente individualistas” (Mainwaring, 1999, p.5). A vitória dos candidatos dar-se-ia muito mais em função da força ou da fraqueza dos candidatos do que da influência dos partidos. Os municípios seriam os exemplos mais extremados dessa situação, ao exagerarem a orientação individualista e fisiológica desempenhada pelos prefeitos e vereadores. em detrimento da força dos partidos políticos na arena de governo.

Para Abrucio (1997, p.147) o executivo estadual desempenha papel relevante nos alinhamentos feitos visando à disputa eleitoral municipal, na qual os grupos se dividem em oposição e situação em relação ao governo local. O aumento do poderio dos Estados e de seus governadores estaria relacionado à vigência de um sistema ultrapresidencialista nos estados e “aos padrões hegemônicos da carreira política brasileira cuja reprodução dá-se pela lealdade às bases locais e pela obtenção de cargos executivos no plano subnacional ou então daqueles no nível nacional que possam trazer recursos aos ‘distritos’ dos políticos”.

Alguns autores trabalharam as evidências da articulação do sistema de partidos no Brasil. Lima Junior (1983) e Lavareda (1991) procuraram discutir este processo para o período de 1945 a 1965, mas só recentemente o tema da estruturação da disputa eleitoral passou a fazer parte do debate sobre o sistema partidário e eleitoral brasileiro.

Carneiro e Almeida (2008) apresentam uma contribuição importante para a análise da articulação das disputas eleitorais nos diversos níveis. Apesar de concordarem com a literatura especializada que aponta o “caráter descentralizado do sistema de partidos, a importância da disputa política no nível subnacional e, especialmente, a contenda eleitoral nos estados para a definição de suas feições”. Estas características não levam necessariamente à “desconexão entre os diferentes níveis do sistema” e nem permitem que as disputas locais sejam sempre moldadas de forma autônoma (p.405).

A articulação do sistema partidário eleitoral local, no Brasil, para estes autores, tem como referência três instituições: 1) as regras que presidem a formação e a organização da esfera municipal de governo de acordo com as regras da federação; 2) o tipo de competição e as características da representação política; 3) a organização dos partidos. Estas três instituições funcionariam “como sistemas de incentivos para o comportamento de partidos, políticos e eleitores, facilitando ou dificultando a articulação do sistema partidário eleitoral”, nos três níveis da Federação. (Carneiro e Almeida, 2008, p.406).

As regras que presidem a formação e a organização da esfera municipal de governo são fundamentais para se entender a competição política local. A Constituição de 1988 transformou os municípios em entes federativos, com autonomia política, administrativa, legislativa e financeira, adquirindo novas competências e atribuições. Acrescentando a este novo perfil dos municípios brasileiros a descentralização política e financeira teremos um quadro que segundo os autores citados se constitui num estímulo à “desconexão competição política local e aquela que ocorre” (2008, p.406), nas eleições estaduais e nacionais.

O sistema representativo brasileiro possui algumas regras e ciclos eleitorais que tem consequências sobre o sistema partidário eleitoral. As regras eleitorais estabelecem três sistemas diferentes de votação: o majoritário de um turno para prefeitos de cidades com menos de 200 mil habitantes e para senadores; o majoritário de dois turnos para prefeitos de cidades com mais de 200 mil habitantes, governadores e presidente da República e proporcional de lista aberta pra eleger vereadores, deputados estaduais e federais. Todos esses processos funcionam sem vinculação de votos.

Com relação aos ciclos eleitorais existe coincidência entre as eleições presidenciais e para o governo dos estados, Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas. As eleições para o Executivo e o Legislativo Municipal acontecem num outro momento.

No sistema partidário brasileiro, há, portanto, um claro problema de coordenação decorrente do incentivo à competição intrapartidária produzido pelo sistema eleitoral, que combina fórmula proporcional e lista aberta com voto categórico em distritos de magnitude

elevada. Em função disso, os partidos lidam não apenas com a competição interpartidária (ou intercoligações), mas também com uma forte competição intrapartidária. A visibilidade do político diante dos eleitores é decisiva na definição das chances de obter uma boa posição nas listas partidárias e, conseqüentemente, o mandato (CARNEIRO e ALMEIDA, 2008, p.407).

Ao desafio da coordenação das disputas políticas acrescenta-se a não coincidência das disputas locais com as estaduais e federais. Para estes autores o “subsistema majoritário organiza o proporcional” e na medida em que o sistema partidário articula a competição eleitoral nas três esferas da federação, o sistema partidário nacional apresenta “indícios de vertebração”.

Finalmente a Lei Orgânica dos Partidos permite a organização dos partidos em diretórios municipais, estaduais e nacional, dando liberdade para se organizarem internamente, o que para Marinwaring (1999, p.156-157) teria um efeito descentralizador com a presença de políticos locais e estaduais nas decisões dos diretórios nacionais. . Para Carneiro e Almeida (2008, p.408) o fato de existirem representações de um nível, nas outras instâncias superiores permite o estabelecimento de conexões por dentro do partido. “Estas conexões não garantem a coordenação entre pleitos, mas podem facilitá-la ao criar arenas institucionais de negociação”. As regras informais e pouco institucionalizadas no que diz respeito á organização partidária, como por ex. a utilização das comissões provisórias municipais e estaduais, é entendida como estratégia deliberada da direção partidária para o controle desta sobre as decisões do partido. (Guarnieri, 2011).

A forma como está organizado o sistema eleitoral e partidário no Brasil leva a um argumento muito comum na literatura brasileira sobre o tema, de que as diferenças regionais e locais do comportamento eleitoral produzem organizações partidárias descentralizadas verdadeiras federações partidárias, que dificultam a consolidação de partidos nacionais no país. Partidos nacionais e federações partidárias, diferenças regionais e fragmentação partidária são temas que atravessam a literatura brasileira sobre padrões de votação, na busca de entendimentos sobre o sistema partidário brasileiro e que interferem nas análises sobre a competição partidária nos municípios.

O desempenho dos partidos políticos nas eleições municipais

O Brasil é um país de dimensões territoriais, 8,5 milhões de km², com uma população de 193.946.886 de habitantes que tem sido marcado desde o início da República por profundas desigualdades regionais e enormes disparidades intra e inter-regionais. De acordo com a divisão política geográfica, o país possui 26 estados mais o Distrito Federal. A divisão territorial brasileira está fragmentada em 5.568 municípios cuja maior parte da população vive na zona urbana, sendo que 89,2% deles encontram-se na faixa populacional de 0 a 50 mil habitantes. A divisão em regiões agrupa unidades da federação em cinco regiões oficiais: centro-oeste, nordeste, norte, sudeste e sul, cuja extensão e população encontram-se descritas na tabela a seguir:

Tabela 1. Extensão Territorial e População por Região (2010)

Região	Extensão territorial (km ²)	População (habitantes)	Eleitorado
Centro - Oeste	1.606.371	14.058.094	10.013.605
Nordeste	1.554.257	53.081.950	38.195.297
Norte	3.853.327	15.864.454	10.600.010
Sudeste	924.511	80.364.410	60.789.706
Sul	576.409	27.386.891	20.795.485

Fonte: IBGE – Censo demográfico de 2010 e TSE.

As enormes diferenças em extensão territorial, população e eleitorado entre as regiões brasileiras, interfere nas relações federativas e deve ser considerada quando se analisa as disputas eleitorais.

A partir do período pós-redemocratização podemos observar mudanças importantes na disputa eleitoral local, sobretudo devido a emergência de novos partidos, que possibilitou a reacomodação das elites locais e regionais. A sucessão de oito pleitos eleitorais após a redemocratização (1985, 1988, 1992, 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012) permitiu análises mais aprofundadas sobre os diversos aspectos do funcionamento dos sistemas partidários locais, o grau de penetração dos partidos pelas diversas regiões do país e sobre os ganhos e perdas eleitorais ao longo de uma série histórica.

A forte fragmentação do sistema partidário brasileiro está presente nas competições municipais de 2004, 2008 e 2012. Participaram dessas eleições até 29 partidos. No entanto os

números expressivos de votos obtidos por partidos como o PMDB, PT e PSDB nessas eleições indicam a consolidação desses partidos em todo território nacional e a construção e estratégias eleitorais que garantem o desempenho destes partidos nos vários ciclos eleitorais.

O quadro abaixo procura dar uma dimensão da competição eleitoral municipal em 2008 e 2012 comparando-se não apenas o sucesso eleitoral, mas também o número de eleitores conquistados, bem como o orçamento das prefeituras, onde os partidos elegeram candidatos.

A análise desses dados permite entender melhor a dinâmica eleitoral dos municípios brasileiros. São 5568 municípios, cuja maior parte da população vive na zona urbana, sendo que 89,2% deles encontram-se na faixa populacional de 0 a 50 mil habitantes. O tamanho do eleitorado e do orçamento do município interfere na avaliação global do resultado do partido. É o caso do DEM em 2008 e do PT em 2012 que elegeram o prefeito de São Paulo que possui o maior eleitorado e o maior orçamento do país.

Tabela 2. Resultados alcançados pelos maiores partidos nacionais nas eleições de 2008 e 2012 em relação ao número de eleitores e orçamento municipal

Partidos	Número de Municípios		Eleitores (em milhões)		Orçamento (em bilhões de reais)	
	2008	2012	2008	2012	2008	2012
PMDB	1.200	1.032	28.885.311	22.939.948	R\$ 25.493	R\$ 60.296
PSDB	790	702	17.551.132	18.338.130	R\$ 12.397	R\$ 42.612
PT	561	636	19.969.188	27.608.761	R\$ 17.995	R\$ 77.651
PP	554	467	8.007.735	7.320.518	R\$ 3.171	R\$ 17.267
DEM*	493	278	15.923.803	6.409.356	R\$ 28.049	R\$ 12.907
PTB	413	294	7.763.461	4.200.000	R\$ 4.912	R\$ 8.676
PR**	384	273	5.931.782	4.600.000	R\$ 0.350	R\$ 9.292
PDT	351	311	8.076.115	8.671.859	R\$ 4.930	R\$ 25.007
PSB	313	444	7.582.892	15.310.051	R\$ 5.683	R\$ 37.247
PSD***	-	497	-	8.645.357	-	R\$ 8.645

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral e Jornal “Valor Econômico” de 29 de outubro de 2012 – caderno A9 (Política).

Notas: * antigo PFL
 ** antigo PL
 *** sigla inexistente em 2008

Quando comparamos as eleições para o executivo municipal de 2004, 2008 e 2012 entendemos melhor a competição partidária municipal no Brasil. Apesar de sofrer uma queda o PMDB continua sendo o partido que mais elege prefeitos, seguido pelo PSDB, que também oscilou para baixo e o PT que teve um aumento na sua representação. Se em 2008 os três maiores partidos elegeram mais prefeitos (2551) que os outros partidos (2508) considerados nessa análise, em 2012 inverte-se essa relação, com as maiores legendas elegendo 2370 prefeitos e os outros partidos 2564.

A eleição de 2012 marca a presença de um novo partido, o PSD, criado pelo ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab e que conseguiu conquistar 495 prefeituras, colocando-se como o quarto maior partido. Por essa atuação excepcional o PSD foi incorporado na lista dos maiores partidos na eleição de 2012.

A participação do PSD teve reflexos no desempenho do PP, DEM, PTB, PR, PDT. Independente do fator PSD, esses partidos já vinham apresentando uma diminuição no número de candidatos eleitos nas eleições de 2004 e 2008. Em 2012 a concorrência do PSD foi fundamental para um maior declínio eleitoral desses partidos. Apenas o PSB, presidido pelo governador de Pernambuco, que tem uma forte liderança regional, no nordeste, conseguiu aumentar o número de candidatos eleitos.

Importante observar que a porcentagem dos pequenos partido eleitos em 2012 (+2,8) aumentou em relação a 2004 e 2008, sendo que a sua variação foi maior que a do PT (+1,3) e do PSB (+ 2,3)

Tabela 3. Prefeitos eleitos por partidos em 2004,2008 e 2012

Partidos	2004		2008		2012		Variação 2008-2012 em %
	N	%	N	%	N	%	
PMDB	1.212	21,8	1.200	21,6	1.032	18,5	- 3,3
PSDB	889	16,0	790	14,2	702	12,6	- 1,6
PT	391	7,0	561	10,1	636	11,4	+1,3
PP	529	9,5	554	10,0	467	8,3	-2,3
DEM	670	12,0	493	8,9	278	4,9	- 4,0
PTB	377	6,8	413	7,4	294	5,2	- 2,2
PR	444	8,0	384	6,9	273	4,9	- 2,0
PDT	311	5,6	351	6,3	311	5,5	- 0,8
PSB	214	3,8	313	5,6	444	7,9	+ 2,3
PSD	-	-	-	-	497	8,9	+ 8,9
Subtotal	5.037	90,5	5.059	90,9	4.934	88,1	- 2,8
OUTROS	526	9,5	504	9,1	634	11,9	+2,8
TOTAL	5.563	100	5.563	100	5.568	100	0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Na votação para as Câmaras Municipais os três maiores partidos PMDB, PSDB e PT obtêm as maiores votações, mas apenas o PT (+1,1) e o PSB (+0,5) conseguem melhorar seu

desempenho eleitoral tomando como referencias as eleições de 2004 e 2008. O DEM é o partido que mais perde prefeituras, 3,6. Nota-se que os pequenos partidos conseguem uma variação positiva (+ 2,7) na sua votação.

Interessante observar que em 2008 os três maiores partidos elegeram 18.534 vereadores e os outros partidos 23.880, já em 2012 verifica-se um aumento do número de vereadores eleitos pelo outros partido 26.7793 e uma diminuição ainda que pequena no número de legisladores eleitos pelos maiores partidos,18.376.

Tabela 4. Vereadores eleitos por partido em 2004, 2008 e 2012

Partidos	2004		2008		2012		Variação 2008-2012 em %
	N	%	N	%	N	%	
PMDB	7.399	14,3	8.478	16,3	7.943	13,9	- 2,4
PSDB	6.566	12,7	5.893	11,3	5.250	9,2	-2,1
PT	3.679	7,1	4.165	8,0	5.183	9,1	+ 1,1
PP	5.457	10,5	5.124	9,9	4.921	8,6	- 1,3
DEM	6.067	11,7	4.810	9,3	3.270	5,7	- 3,6
PTB	4.176	8,1	3.935	7,6	3.568	6,2	- 1,4
PR	3.806	7,3	3.536	6,8	3.174	5,5	- 1,3
PDT	3.252	6,3	3.524	6,8	3.652	6,4	- 0,4
PSB	1.805	3,5	2.951	5,7	3.548	6,2	+ 0,5
PSD	-	-	-	-	4.660	8,1	+ 8,1
Subtotal	42.207	81,5	42.416	81,6	45.169	78,9	- 2,7
OUTROS	9.612	18,5	9.581	18,4	12.086	21,1	+ 2,7
TOTAL	51.819	100	51.997	100	57.255	100	0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral,2012.

Embora os dez maiores partidos tenham mantido suas posições eleitorais, as variações em relação às suas votações sugerem uma fragmentação maior na competição eleitoral no nível municipal no ano de 2012. Apesar de não nos determos, nesse texto, na análise das coligações partidária cada vez mais presentes nas eleições municipais, elas se constituem em

fator importante na competição eleitoral municipal, pois oferecem aos parceiros muito votos, apoio logístico, apoio organizacional e alguns minutos a mais no horário eleitoral gratuito.

A tese da fragmentação partidária no Brasil sempre colocada nas análises sobre o sistema eleitoral e partidário brasileiro apresenta-se de forma mais nítida nas eleições municipais. Os grandes partidos é que concentram as maiores vitórias eleitorais nas distintas regiões do país, sobrando para os partidos menores uma pequena parcela do total de prefeituras. Em larga medida as vitórias destes pequenos partidos podem ser lidas também como a incapacidade dos grandes partidos em, de fato, conseguirem se organizar nacionalmente por todas as regiões, salve especialmente o caso do PMDB, o qual parece ser o único partido com maior capacidade de vitórias nas diferentes regiões e com maior capilaridade nacional.

O desempenho eleitoral dos partidos (maiores e menores) tendo em vista as faixas populacionais, conforme mostra a próxima tabela também é revelador das estratégias que as agremiações partidárias adotam nas eleições municipais.

Tabela 5. Desempenho eleitoral dos maiores partidos brasileiros por faixa populacional

Partidos	Faixas populacionais						Total
	0 a 50 mil habitantes	50.001 até 100 mil habitantes	100.001 até 200 mil habitantes	200.001 até 500 mil habitantes	500.001 até 1 milhão de habitantes	1.000.001 ou mais habitantes	
PMDB	925	55	25	16	3	1	1025
	18,6%	17,2%	16,8%	17,0%	14,3%	6,7%	18,4%
PSDB	616	42	21	21	3	2	705
	12,4%	13,1%	14,1%	22,3%	14,3%	13,3%	12,7%
PT	534	50	31	14	5	4	638
	10,7%	15,6%	20,8%	14,9%	23,8%	26,7%	11,5%
PSD	455	20	15	3	2	0	495
	9,2%	6,3%	10,1%	3,2%	9,5%	,0%	8,9%
PP	435	17	12	3	1	0	468
	8,8%	5,3%	8,1%	3,2%	4,8%	,0%	8,4%
PSB	385	31	11	8	2	4	441
	7,7%	9,7%	7,4%	8,5%	9,5%	26,7%	7,9%
PDT	271	22	7	5	1	2	308
	5,5%	6,9%	4,7%	5,3%	4,8%	13,3%	5,5%
PTB	269	17	6	2	0	0	294
	5,4%	5,3%	4,0%	2,1%	,0%	,0%	5,3%
DEM	261	8	0	4	2	1	276
	5,3%	2,5%	,0%	4,3%	9,5%	6,7%	5,0%
PR	252	15	4	2	1	0	274
	5,1%	4,7%	2,7%	2,1%	4,8%	,0%	4,9%
Partidos Menores	566	43	17	16	1	1	644
	11,4%	13,4%	11,4%	17,0%	4,8%	6,7%	11,6%
Total	4969	320	149	94	21	15	5568
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: TSE – repositório de dados eleitorais; Banco de dados dos autores.

Como é possível observar, na primeira faixa populacional, dos pequenos municípios, quem mais obteve vitórias foi o PMDB, seguido do PSDB e do PT. Já na segunda faixa populacional, dos municípios de pequeno/médio porte, o PMDB aparece novamente em primeiro lugar seguido do PT e do PSB. Já na terceira faixa, que contém os municípios com mais de 100 mil habitantes, quem aparece em primeiro lugar é o PT, seguido do PMDB e do PSDB. Na quarta faixa populacional dos municípios de médio porte aparece em primeiro lugar o PSDB, seguido do PMDB e do PT. Na quinta faixa, que agrega os grandes municípios, o PT aparece em primeiro lugar novamente, seguido do PMDB e do PSDB em segundo lugar, ambos apresentando os mesmos percentuais. Já na última faixa, dos municípios com mais de 1 milhão de habitantes o PT aparece empatado em primeiro lugar junto com o PSB em seguida vem o PSDB e PDT, também empatados e logo depois, vem o PMDB empatado com o DEM. Diante deste quadro o que este conjunto de informações nos aponta? Elas mostram aspectos das estratégias de organização dos partidos na competição eleitoral. Para o PMDB, parece ser mais vantajoso possuir uma grande quantidade de prefeituras situadas em pequenos municípios, mostrando assim capilaridade nacional e regional, enquanto para partidos onde sua maior votação está concentrada nos médios e maiores municípios como o PT e o PSDB, o peso de seu eleitorado vai estar nas regiões mais urbanizadas do país.

No caso dos partidos menores, a tabela a seguir mostra que a participação destes partidos nas faixas populacionais é muito pequena, salve apenas o percentual alcançado pelo PV (4,0%) na terceira faixa populacional e do PPS (4,3%) na quarta faixa. Interessante observar que na faixa de mais de 500.000 habitantes apenas o PCdoB (4,8%) e o PTC (6,7%) conseguem votação. Nos demais partidos, os percentuais de votação são pouco significativos.

Tabela 10. Desempenho eleitoral dos menores partidos brasileiros por faixa populacional

Partidos	Faixas populacionais						Total
	0 a 50 mil habitantes	50.001 até 100 mil habitantes	100.001 até 200 mil habitantes	200.001 até 500 mil habitantes	500.001 até 1 milhão de habitantes	1.000.001 ou mais habitantes	
PRB	72	6	0	3	0	0	81
	1,4%	1,9%	,0%	3,2%	,0%	,0%	1,5%
PSL	21	2	0	0	0	0	23
	,4%	,6%	,0%	,0%	,0%	,0%	,4%
PTN	8	3	0	1	0	0	12
	,2%	,9%	,0%	1,1%	,0%	,0%	,2%
PSC	75	7	2	1	0	0	85
	1,5%	2,2%	1,3%	1,1%	,0%	,0%	1,5%
PPS	107	9	3	4	0	0	123
	2,2%	2,8%	2,0%	4,3%	,0%	,0%	2,2%
PSDC	8	1	0	0	0	0	9
	,2%	,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	,2%
PRTB	15	0	1	0	0	0	16
	,3%	,0%	,7%	,0%	,0%	,0%	,3%
PHS	15	1	1	0	0	0	17
	,3%	,3%	,7%	,0%	,0%	,0%	,3%
PMN	38	2	1	0	0	0	41
	,8%	,6%	,7%	,0%	,0%	,0%	,7%
PTC	20	0	0	0	0	1	21
	,4%	,0%	,0%	,0%	,0%	6,7%	,4%
PV	82	6	6	3	0	0	97
	1,7%	1,9%	4,0%	3,2%	,0%	,0%	1,7%
PRP	20	3	1	0	0	0	24
	,4%	,9%	,7%	,0%	,0%	,0%	,4%
PSOL	1	0	0	1	0	0	2
	,0%	,0%	,0%	1,1%	,0%	,0%	,0%
PPL	11	1	0	0	0	0	12
	,2%	,3%	,0%	,0%	,0%	,0%	,2%
PCdoB	47	2	2	3	1	0	55
	,9%	,6%	1,3%	3,2%	4,8%	,0%	1,0%
PTdoB	25	0	0	0	0	0	25
	,5%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,4%
Partidos Maiores	4404	277	132	78	20	14	4925
	88,6%	86,6%	88,6%	83,0%	95,2%	93,3%	88,5%
Total	4969	320	149	94	21	15	5568
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: TSE – repositório de dados eleitorais; Banco de dados dos autores.

Analisando-se os dados eleitorais para as capitais dos estados brasileiros, no período de 2004, 2008 e 2012 PMDB, PSDB e PT são os partidos que mais elegeu prefeitos. Interessante observar que em 2012 o PSB é o partido que mais elegeu prefeitos nas capitais. O partido que mais oscilou foi o PMDB. O conjunto dos pequenos partidos conseguiu manter em 2012 o mesmo número de candidatos eleitos em 2008. Apesar de alguns autores Couto, Abrucio, Teixeira (2013) considerarem que as disputas eleitorais municipais, mesmo nas capitais, tem um forte componente local com agendas específicas de interesse do eleitorado municipal, os dados agregados apontam para estratégias partidárias que possibilitam ou não alianças em outros ciclos eleitorais.

Tabela 11. Prefeitos Eleitos pelos maiores partidos nas capitais 2004, 2008, 2012

Partido	2004	%	2008	%	2012	%
PMDB	2	7,7%	6	23,0%	2	7,7%
PSDB	5	19,2%	4	15,5%	4	15,5%
PT	9	34,6%	6	23,0%	4	15,5%
PP	0	0,0%	0	0,0%	2	7,7%
PSB	3	11,5%	3	11,5%	5	19,2%
PDT	3	11,5%	1	11,5%	3	11,5%
PTB	1	3,9%	2	7,7%	0	0,0%
PFL/DEM	1	3,9%	1	3,9%	2	7,7%
PR	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
PSD	0	0,0%	0	0,0%	1	3,9%
Outros	2	7,7%	3	11,5%	3	11,5%
Total	26	100	26	100	26	100

Fonte:TSE

Considerações Finais

Analisados sob os mais diversos aspectos, o desempenho dos partidos políticos nas eleições majoritárias de 2012 nos possibilita chegar a um conjunto de apontamentos:

O partido que venceu as eleições municipais majoritárias em 2012, como vem acontecendo desde 1996 foi o PMDB. É o partido que conquistou o maior número de prefeituras (1.025), passa a controlar a segunda maior fatia do orçamento dos municípios brasileiros (mais de 60 bilhões de reais), possui uma taxa de sucesso eleitoral de quase 50%, e, quando analisado o seu desempenho tendo por base a divisão

dos municípios por regiões, apenas na região Sudeste não consegue obter o maior percentual de municípios.. A sua força eleitoral e política fica concentrada basicamente nos municípios de pequeno e /médio porte e é o partido com maior capilaridade organizacional, possuindo a maior quantidade de filiados no país (mais de 2 milhões de pessoas). Nacionalmente possui a maior bancada na Câmara dos Deputados, faz parte do governo federal, ocupando a vice-presidência da República. Dentro dessas condições, o partido possui recursos suficientes para a ampliação de sua estrutura organizacional e sempre está na composição de governos importantes no país;

O PSDB ficou em segundo lugar no resultado final das eleições majoritárias conquistando 705 prefeituras e ainda possui na região Sudeste o seu principal reduto eleitoral que lhe garantem boa parte das suas vitórias, embora venha aumentando a quantidade de prefeituras conquistadas nas regiões Centro-Oeste e Norte. Quanto às capitais, conseguiu a mesma quantidade que o PT (4), embora o eleitorado que o PSDB controla nessa circunscrição é menor que o do PSB, PT e PMDB. Do ponto de vista do orçamento que passa a administrar quase que triplicou em relação às prefeituras que possuía em 2008, fator este que pode garantir um fôlego eleitoral maior ao partido para o próximo pleito em 2016 e 2018. Quanto às taxas de sucesso eleitoral mantém-se acima dos 40%, sendo este dado uma resposta positiva dos eleitores aos candidatos lançados pelos partidos;

Embora o PT tenha ficado em terceiro lugar no resultado final das eleições majoritárias, controlando mais de 70 bilhões dos orçamentos municipais e tenha conquistado quatro capitais (dentre elas a mais importante, a cidade de São Paulo) o partido, no geral, mantém a pior porcentagem, dentre os grandes partidos, de sucesso eleitoral. Isso aponta para uma rejeição dos candidatos do PT por diversos tipos de eleitorado. Quanto ao seu desempenho, tendo em vista as regiões do país, consegue boa parte de seus percentuais de vitória nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, mas quando comparado o “peso” que possui nestas regiões com os demais partidos seus percentuais não chegam aos 15%. Os esforços eleitorais das lideranças do partido, principalmente na figura do ex-presidente Lula geraram em certa medida bons resultados, mas ainda estão aquém do que o partido deseja tendo em vista os 10 anos que já está à frente da presidência do país.

O PSD, o mais novo partido a disputar as eleições de 2012, surge como uma sigla forte, aproveitando para ganhar capilaridade nas regiões Centro-Oeste e Norte, nas quais os demais partidos tem menor penetração. Herdando parte das lideranças

desgastadas e já sem espaço dentro do DEM, o partido alcançou o quarto lugar nas eleições majoritárias de 2012, demonstrando ser uma força política apta a negociar e construir alianças políticas tanto à direita quanto à esquerda do espectro político. Prova de sua competência eleitoral está expressa também na alta taxa de sucesso eleitoral. Sua maior derrota, talvez, é quanto a parcela dos orçamentos municipais que administrará, ficando em último lugar se comparado aos demais partidos, apontando para uma maior penetração eleitoral em municípios de pequeno porte. Por sua vez, o desempenho do PSB apareceu nos noticiários e nas análises políticas como um grande vencedor, embora sua real vitória deva ser ponderada. Sem dúvidas o partido ganhou grande projeção devido a conquista de 5 das 26 capitais, passando a administrar também o sêxtuplo dos orçamentos municipais que administrava em 2008. Na análise do seu desempenho por regiões verificou-se sua grande concentração na região Nordeste, em parte devido ao governo estadual bem avaliado do presidente nacional da sigla, Eduardo Campos. É o partido que também teve o maior aumento na variação percentual da quantidade de prefeituras conquistadas em 2012 quando comparadas a 2008;

Apesar da variação regional nos percentuais de votos o PP, PDT, PTB, PR e DEM, mantêm-se entre os maiores partidos. O DEM foi o que mais perdeu, enquanto os outros mantiveram um desempenho eleitoral mediano, com destaque negativo apenas para as perdas significativas do PP e do PTB no que toca a quantidade de prefeituras conquistadas. Quanto ao DEM, ele diminuiu em quase metade a quantidade de prefeituras que possuía, perdeu grande parte do controle que detinha sobre os orçamentos municipais e passou a ocupar dentre os dez maiores partidos a penúltima colocação tendo atrás dele apenas o PR. Talvez o único grande trunfo do DEM nestas eleições tenha sido a vitória de Antonio Carlos Magalhães Neto, em Salvador, derrotando o candidato petista.

Por último, quanto aos pequenos partidos, destaca-se apenas a atuação do PPS e do PV, os quais procuram, a cada competição eleitoral municipal ampliar suas vitórias eleitorais, embora o “peso” que possuam em cada uma das regiões seja muito pequeno quanto comparado, inclusive, ao menor dentre os grandes, o PR.

Os dados apresentados, ao mostrar a importância dos partidos nas eleições municipais, apontam para a boa organização nacional que alguns deles aparentam ter alcançado, especialmente o PMDB, PSDB e PT.

Os outros partidos (PP, DEM, PTB, PR, PDT, PSB e PDS) apesar de terem alcançado votações expressivas no resultado geral, guardam especificidades regionais e locais que interferem fortemente na arena eleitoral.

O alto número de partidos que competem nas eleições municipais sugere uma forte fragmentação do sistema partidário brasileiro. No entanto, os números expressivos de votos obtidos por partidos como o PMDB, PSDB e PT, nas eleições de 2004, 2008 e 2012, indicam a consolidação destes partidos em todo o território nacional.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz (1998): Os barões da federação. **Lua Nova**, n. 33, p. 165-184.

ABRUCIO, Fernando Luiz; SAMUELS, David (1997): A nova política dos governadores. **Lua Nova**. São Paulo, n. 40-41, Ago., p.137-166.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa (2006): Dinâmica de coordenação eleitoral em regime presidencialista e federativo: determinantes e consequências das coligações partidárias no Brasil. In: SOARES, Glaucio Ary Dilon e RENNÓ, Lúcio Remuzat (Org.). **Reforma Política. Lições da História Recente**. Rio de Janeiro: FGV.

BRASIL. (2003): Constituição da República Federativa do Brasil, 14.ed., Rio de Janeiro: DP & A Editora. (Atualizada pelo EC 40).

CAREY, J.M e SHUGART, M.S. (1995): Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas. **Electoral Studies**,v.14, p.417-439.

CARNEIRO, Leandro Piquet e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (2008): Definindo arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v.51, n.2, p. 403-432.

Couto, Cláudio Gonçalves, Abrucio, Fernando Luiz e Teixeira (2013). As eleições municipais de 2012 e seus efeitos nacionais.In Cadernos Adenauer XIV (2013),no2. Candidatos, Partidos e Coligações nas eleições de 2012, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, junho, p. 193 a 2007

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1999): **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV.

GUARNIERI, Fernando (2011): A força dos partidos “fracos”, **Dados**, Rio de Janeiro, v.54, n.1.

HABERSIMKE. (2010): Decentralization and the Development of Nationalized Party Systems in New Democracies. *Comparatives Political Studies*, n. 43 (5), p.139-166

KERBAUY, Maria Teresa Miceli (2000): **A morte dos coronéis**: política interiorana e poder local. Araraquara: Laboratório Editorial/Unesp.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli (2005): As Câmaras Municipais Brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**, Campinas, v.2, p. 337-365.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli (2008): Legislativo Municipal, Partidos e Negociações Políticas – 6º Encontro da ABCP, Campinas – SP.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli (2009): As Eleições Municipais de 2008: Federações Partidárias ou Partidos Nacionais. **Perspectivas-Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v.35, p.15-34.

KINZO, Maria D'alva Gil e BRAGA, Maria do Socorro Sousa (2007). Sistema Eleitoral, competição partidária e representação parlamentar nos legislativos estaduais. In: KINZO, Maria D'alva Gil e BRAGA, Maria do Socorro Sousa (org). **Eleitores e Representação Partidária no Brasil**. Humanitas/Fapesp.

LAVAREDA, José Atônio (1991): **A democracia nas urnas**: o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de (1983): **Os partidos políticos brasileiros**: a experiência federal e regional (1945-1964). Rio de Janeiro: Graal.

LIMONGI, Fernando e CORTEZ, Rafael (2010): As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos/ CEBRAP**, n 88, p.21-38.

MAINWARING, Scott (1999): **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization**. The case of Brazil. Stanford, Stanford University Press, 1999

MAINWARING, Scott. (2001): **Sistemas partidários em novas democracias**. O caso do Brasil. Rio de Janeiro: FGV/Mercado Aberto.

MENEGUELLO, Rachel (2011): Las elecciones de 2010 y los rumbos del sistema de partidos brasileño. Política nacional, fragmentación y lógica de coaliciones. In SÁEZ, Manuel Alcántara e TAGINA, Maria Laura (org). América Latina: **Política y elecciones del bicentenario (2009-2010)**. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, v.209, p.449-488.

MENEGUELLO, Rachel e BIZARRO NETO, Fernando. (2012): Contexto e competição na política paulista. **Dados**, v.55, n1, Rio de Janeiro, p.119-171.

MENEGUELO, Rachel (1998): **Partidos e governo no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra.

NICOLAU, Jairo e PEIXOTO, Vitor. (2007): Uma disputa em três tempos: uma análise das Bases Municipais das Eleições Presidenciais de 2006. **31º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu-MG.

PANEBIANCO, Angelo. (1990): **Modelos de Partidos**. Madrid: Alianza Editorial.

PEREIRA, Carlos & RENNO, Lucio Remuzat (2001): O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v.44, n.2, Rio de Janeiro, p. 323-362.

SANTOS, Fabiano (Org.). **O poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: FGV.

SOARES, Glaucio Ary Dillon e TERRON, Sônia (2008): Dois Lulas: a geografia da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 269-301.

SOUZA, Celina. (1998): Intermediação de Interesses Regionais no Brasil: O Impacto do Federalismo e da Descentralização. **Dados**, v.41, n.3, Rio de Janeiro, p.569-592.